



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

**REQUERIMENTO Nº , DE 2018
(Do Senhor Celso Jacob)**

Requer seja realizado II SEMINÁRIO NACIONAL alusivo ao DIA INTERNACIONAL DA JUVENTUDE, em 7 de agosto DE 2018, sobre o tema: “LEI DO APRENDIZ: OPORTUNIDADE que insere os jovens no mundo do trabalho” , destinado a disseminar o debate sobre o protagonismo juvenil nas relações com o mundo do trabalho, levantando problemas e propostas de solução para temas como APRENDIZAGEM PROFISSIONAL.”

Senhor Presidente,

Requeiro a essa Comissão, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, que, ouvido o Plenário, se digne a adotar as providências necessárias à realização II SEMINÁRIO NACIONAL alusivo ao DIA INTERNACIONAL DA JUVENTUDE, em 7 de agosto DE 2018, das 8h às 13h, sobre o tema: “LEI DO APRENDIZ: OPORTUNIDADE que insere os jovens no mundo do trabalho” , destinado a comemorar e celebrar o Dia Internacional da Juventude (também conhecido como Dia Mundial da Juventude), disseminando o debate sobre o protagonismo juvenil nas relações com o mundo do trabalho, levantando problemas e propostas de solução para temas como APRENDIZAGEM PROFISSIONAL.”

O Dia Internacional da Juventude celebra-se em 12 de agosto, por resolução da Assembleia Geral da ONU em 1999, em resposta à recomendação da Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pela Juventude, reunida em Lisboa, de 8 a 12 de



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

Agosto de 1998.

Neste sentido, solicitamos o agendamento para realização do seminário supracitado em virtude da Programação Nacional em referência ao tema, juntando-se à Programação Oficial da Semana da Juventude. Para tanto, sugerimos a realização de um Seminário contemplando dois painéis, na estrutura que se segue:

1. II SEMINARIO NACIONAL ALUSIVO AO DIA INTERNACIONAL DA JUVENTUDE

Tema: “LEI DO APRENDIZ: OPORTUNIDADE que insere os jovens no mundo do trabalho””.

Data: 7 de agosto DE 2017, das 9h às 13h,

Local: Nereu Ramos (e/ ou Anexo II, Plenário 03)- Congresso Nacional

Público- Alvo: Mantenedores, Entidades Qualificadoras (ONGs e Escolas Técnicas), RH das empresas com Programa de Aprendizagem, Frentes Parlamentares, Jovens Aprendizizes, Ministérios e Parlamentares.

PROGRAMAÇÃO:

8h30- Credenciamento

9h- Composição da Mesa de Autoridades

9h15- Abertura com a Presidência da CLP

9h30- Apresentação cultural; Orquestra Casa Azul

9h- Painel 1: “Legislação e Participação Popular”

Exposição: Presidentes das Frentes de Apoio ao Protagonismo Infantojuvenil (Nacional e Estaduais)- Experiências e Boas práticas

10h- MESA 1



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

1ª Exposição: Experiências Exitosas – FRENTE PARLAMENTAR DA BAHIA e ISEEI (Relatos das mobilizações, audiências, oitivas e conquistas)

Expositores: Maфра Meris (ISEEI), Rudimar Braz (ASEDI) e Dep Arimatéia (PRB/BA)-10min

2ª Exposição: Legislação da Aprendizagem.

Expositores: Ministro TST ,Lelio Bentes Corrêa . Dr. Ricardo Tadeu – Juiz do Trabalho-TRT/ PR (Mentor da LEI DA APRENDIZAGEM), Dra. Mariane Josviak- Procuradora Federal (MPT/PR) e Ministra Kátia Arruda -TST- 40 min

3ª Exposição:

“História de vida de jovens e vivências de Formação Profissional”; 5 min

11h-Entrega do Título “Empresa Amiga do Jovem Aprendiz”.

Convidado: A definir - 5 min

12h - MESA 2

PAINEL 1- Políticas Públicas para Juventude: PACTO PELA JUVENTUDE

Panelistas: 5 min

ANTONIO ALVES MENDONCA JUNIOR-

Coordenador Nacional de Aprendizagem da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho - CGSIT/MTb

Antônio Idilvan de Lima Alencar (presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação -CONSED)

Patrícia Arantes (presidente do Forum Nacional de Secretarias Estaduais do Trabalho-FONSET,

JOSBERTINI VIRGINIO CLEMENTINO – CE (Presidente do FONSEAS – Fórum Nacional de Secretários(as) de Estado da Assistência Social

Francisco de Assis Costa Filho (Secretário Nacional de Juventude)

Sauro Spinelly F. da Cunha - Secretário Executivo do Conselho Nacional de Juventude, SNJ;-Secretaria Nacional de Juventude

Maфра Meris , presidente do ISEEIDra. **Rosangela Borota** , **Conselheira Nacional de Assistência Social,**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

Elizabeth Pelay, Gerente Nacional de Aprendizagem, ISBET

Marcela Toledo, Gerente Regional, ESPRO

Paulo Mól (Superintendente Executivo- IEL),

Robson B. Andrade, presidente da Confederação Nacional da Indústria -CNI),

Vander Morales- presidente da FENASERHTT (Federação Nacional dos Sindicatos de Empresas de Recursos Humanos, Trabalho Temporário e Terceirizado),

Valter Balazina (Diretor do Conselho Superior da Associação Nacional das Empresas Amigas do Jovem Aprendiz- ANDEAJA

13h: Encerramento- Coffee-Break de encerramento.

J U S T I F I C A T I V A

A sugestão em tela é atual e, certamente, relevante para a sociedade brasileira, por entender que o segmento populacional da Juventude se constitui um grupo social com interesses e necessidades particulares. E, não obstante o reconhecimento, pelo Estado Brasileiro, da necessidade de dispensar atenção especial a esse importante segmento, especialmente os jovens entre 15 e 18 anos, a Juventude tem sido, via de regra, inserida e/ou contemplada no rol de políticas sociais destinadas às demais faixas etárias, com foco assistencialista e ênfase na resolução de agravos, como violência, uso abusivo de drogas, AIDS e gravidez na adolescência.

É relativamente novo, portanto, o entendimento de que a garantia dos direitos dos jovens deve passar, primeiramente, pelo seu reconhecimento como cidadãos e indivíduos proativos, que devem ser ouvidos para fins de concepção de políticas públicas específicas que contemplem seus verdadeiros anseios, nas áreas de educação, esporte, cultura, lazer, trabalho, renda e etc.

A falta de recursos para o desenvolvimento do protagonismo juvenil é um entrave para geração futura, é um problema grave e antigo no Brasil. Famílias muito pobres, com níveis de renda insuficientes para assegurar condições adequadas a todos os seus componentes, em sua maioria, chefiadas por mulheres, negras e jovens, têm tido dificuldade de promover a independência financeira através do sistema convencional emprego–renda–trabalho. Além disso, as famílias que não têm acesso à educação formal



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

apresentam histórico de violência doméstica, desagregação familiar, alcoolismo, drogas, enfim desajustes psicossociais.

Sem assistência adequada para transpor os essenciais estágios de desenvolvimento, o jovem se torna mais inibido vocacionalmente, deprimido e despersonalizado, até ficar incapaz de sentir a realidade das coisas, exceto a da violência, tornando-se “doente”, com distúrbios de ordem física, emocional, psíquica, que acabam por levar à delinquência.

Portanto, a sugestão do Seminário aqui proposto, visa tratar desse tema que tem como um dos principais objetivos garantir o acesso dos jovens de 14 a 24 anos, em situação de vulnerabilidade, às oportunidades de formação e inserção profissional nos termos da Legislação de Aprendizagem do Brasil, a exemplo do Programa JOVEM APRENDIZ.

Pelo exposto, justifica-se que esta comissão promova um debate sobre o jovem e as relações com o mundo do trabalho, levantando problemas e propostas de solução para temas como APRENDIZAGEM PROFISSIONAL sob a luz da LEI 10.097/200, com a participação de políticos, agentes públicos e sociedade civil que contribuam para o protagonismo infanto juvenil. Assim, parece inquestionável que esta Comissão, que por vez pode ser considerada porta de entrada da comunidade escolar, promova um amplo debate a respeito do tema em comento, para que todas as dúvidas e aspirações da população alvejada encontrem o devido eco nesta Casa de Leis e estimulem propostas que fomentem a oportunidade de protagonismo para jovem brasileiro

Sala das Comissões, em de julho de 2018

**CELSO JACOB,
Deputado Federal MDB/RJ**